

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

29/09/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Em agenda positiva, Temer anuncia calendário do PIS/PASEP

Em busca de uma agenda positiva, o presidente Michel Temer anunciou nesta quinta-feira (28) o calendário de pagamento de quase R\$ 16 bilhões referentes ao PIS/Pasep. Apesar de o presidente ter embalado a medida como uma "antecipação" na idade mínima para receber o valor, o governo já havia anunciado, há cerca de um mês, a redução da idade de 70 anos para 65 (homem) e 62 (mulheres). Também já era conhecida a expectativa de liberação de R\$ 15,9 bilhões com a medida, que pode beneficiar oito milhões de pessoas. Temer chamou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e os presidentes do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, e da Caixa, Gilberto Occhi, para anunciar o calendário. O PIS, dos trabalhadores da iniciativa privada, representa 80% do público e 70% do valor. O PASEP, referente aos servidores públicos, responde por 20% do público e 30% do valor. O fundo tem cerca de R\$ 37 bilhões em nome dos cotistas, de acordo com o governo federal. O PIS/Pasep pode ser retirado por trabalhadores que contribuíram com os fundos antes da Constituição de 1988. O saque é feito nas agências do Banco do Brasil, no caso de contribuição ao Pasep, ou da Caixa Econômica Federal, no caso da contribuição ao PIS.

DATAS

No dia 19 de outubro, serão disponibilizados os recursos para os cotistas com mais de 70 anos. Em 17 de novembro, serão disponibilizados os recursos para os aposentados. No dia 14 de dezembro, estarão disponíveis os valores para os demais cotistas beneficiados pelo critério de idade.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/09/2017

Ipea prevê crescimento do PIB

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) prevê um crescimento de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, e de 2,6% em 2018. De acordo com dados divulgados ontem o consumo das famílias, as exportações e o crescimento agropecuário vão puxar o resultado neste ano. "Acreditamos que houve uma reversão cíclica e saímos da recessão", disse o diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac), José Ronaldo de Castro Souza Junior.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 29/09/2017

Índice que reajusta aluguel acumula queda de 1,45%

O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) encerrou setembro em alta de 0,47%, taxa bem acima da registrada em agosto (0,10%) e mais do que o dobro da variação mensurada em setembro do ano passado (0,20%). No acumulado do ano, no entanto, o resultado ainda é de uma queda de 2,10% e, nos últimos 12 meses, -1,45%. Esta última taxa é que serve de base de cálculo para renovação da maioria dos contratos de aluguel. A elevação do IGP-M foi influenciada, principalmente, pela alta dos preços no setor atacadista, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) passou de uma queda de 0,05% para um aumento de 0,74%. Um dos motivos é o peso da alta dos preços dos combustíveis (de 0,24% para 6,11%), no processamento dos bens para consumo. Também houve impacto no subcomponente "matérias-primas brutas", devido às cotações de algumas commodities (produtos primários com cotação internacional).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 29/09/2017

Governo pode descumprir regra da lei que limita sua emissão de dívidas

Os sucessivos rombos nas contas públicas e o forte cortes nos investimentos podem levar o governo a descumprir a partir de 2018 uma regra prevista na Constituição e que configura crime de responsabilidade do presidente da República. A chamada "regra de ouro" proíbe a União de emitir dívida em um volume superior às despesas de capital, como investimentos. O objetivo é evitar que o Estado se endivide demais para pagar despesas correntes, como gasto com pessoal e conta de luz, empurrando a conta para outros governos. Esse risco aumentou com o agravamento da situação fiscal. De um lado, o governo tem emitido mais títulos para financiar despesas. De outro lado, foi obrigado a cortar drasticamente os investimentos públicos, uma das poucas despesas que pode manejar sem restrições na legislação. Nos 12 meses encerrados no mês passado, a emissão de dívidas superou os investimentos em R\$ 7 bilhões. Neste ano, a situação será resolvida com o retorno de R\$ 50 bilhões do BNDES aos cofres do Tesouro — \$ 33 bilhões nesta quinta-feira (28), e o restante até dezembro. Mas em 2018 esse descompasso alcançará os R\$ 184 bilhões, de acordo com o Tesouro, que passará a divulgar esses dados mensalmente a partir desta quinta.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/09/2017

Paim condena intenção de novas alterações na legislação trabalhista

Em discurso no Plenário nesta quinta-feira (28), o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que soube da intenção do Ministério do Trabalho de criar uma comissão especial de juristas para discutir uma nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O senador disse estranhar essa iniciativa, já que o discurso do governo era de que a recente reforma trabalhista "era uma legislação moderna". O projeto da reforma trabalhista foi aprovado no Senado no último mês de julho e deve entrar em vigor em novembro. Paim lembrou que foi criada a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, dentro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para discutir uma nova legislação que seja uma alternativa à reforma trabalhista do governo. Ele disse que a subcomissão tem promovido audiências e feito um profundo debate sobre os direitos e deveres do patrão e do empregado e pretende apresentar uma proposta até o dia 1º de maio do ano que vem. O senador explicou que a ideia da subcomissão é construir uma legislação que coloque o Brasil em um novo patamar nas relações laborais, com direitos e benefícios equilibrados para todos. Na visão de Paim, a reforma aprovada pelo Congresso transformou a CLT na "CLT do empregador" — uma lei que "ninguém está entendendo o que vai acontecer". Ele acrescentou que a proposta da subcomissão vai buscar revogar a reforma já aprovada.

— Estamos construindo um estatuto ou uma CLT, o nome não importa, para nos contrapormos àquilo que foi votado — declarou o senador, que também criticou a proposta do governo de reforma previdenciária.

Leia mais: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Para TST, greve dos Correios é abusiva

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Emmanoel Pereira, considerou como "abusiva" a paralisação de empregados dos Correios, que foi iniciada no último dia 19. Em seu despacho, o ministro declarou ontem que "houve adesão à greve com a negociação ainda não encerrada, o que implica na abusividade". Diante da decisão do vice-presidente tribunal, os empregados que aderiram à paralisação devem retornar aos seus postos de trabalho de forma imediata.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 29/09/2017